

**A CONSULTORIA CONTÁBIL MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE DIAGRAMAS
PARA A GESTÃO FISCAL OPERACIONAL EM MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS: UM ESTUDO ENVOLVENDO A EMISSÃO DE NFe**

***THE ACCOUNTING CONSULTANCY THROUGH THE USE OF DIAGRAMS FOR
OPERATIONAL FISCAL MANAGEMENT IN MICRO AND SMALL BUSINESSES:
A STUDY INVOLVING THE ISSUE***

Eliane Araujo Cardoso da Silva Santana¹

Rodrigo Jussi Lopes²

RESUMO

O número de micro e pequenas empresas vem crescendo nos últimos anos em todo país, representando um papel fundamental na economia, sendo que tais empresas são as principais responsáveis pelos resultados econômicos atualmente. Neste contexto, a consultoria empresarial tem se destacado por auxiliar na supressão ou minimização de problemas de gestão operacional. O objetivo geral do estudo foi verificar como que a utilização de diagramas, através da prestação de um serviço de consultoria, pode contribuir com a gestão operacional fiscal de MPEs, em especial, para com o processo de emissão de NFes. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo, mediante modelagem, cuja coleta de dados foi realizada através de entrevistas direcionadas a três microempresas de atividades econômicas distintas. Dentre os principais resultados, verificou-se que todos os emitentes tiveram facilidade em utilizar a ferramenta, visto que o diagrama segue uma sequência lógica, clara e objetiva, sendo que os principais benefícios foram otimização de tempo e maior segurança no processo de emissão fiscal. Concluiu-se que a consultoria contábil, através da utilização de diagramas, contribuiu de forma eficiente para o processo de emissão de Nfe.

Palavras-chave: MPEs, Diagrama, Emissão de Nfe.

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro–SP. E-mail: jrcontabileliane@hotmail.com

² Graduado em Administração, Especialista em Gestão da Produção, Mestre em Engenharia de Produção. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro – SP. E-mail: rodrigojussi@hotmail.com

ABSTRACT

The number of micro and small companies has been growing in recent years throughout the country, playing a fundamental role in the economy, and these companies are mainly responsible for the current economic state. In this context, business consulting has stood out by helping to suppress or minimize operational management problems. The general objective of the study is to verify how the use of diagrams, through the provision of a consultancy service, can contribute to the operational fiscal management of Micro and Small Companies and in particular, to the Eletronic Invoice issuance process. For that, the qualitative method was used, for modeling, who's data collection is performed through interviews directed to three micro-Companies of varying economic activities. Among the main results it was verified that all the issuers had an easy way to use the tool, since the diagram follows a logical, clear and objective sequence, and the main benefits were optimization of time and greater security in the fiscal issuance process. It was concluded that accounting advice, through the use of diagrams, contributed in an efficient way to the Eletronic Invoice issuance.

Keywords: micro and small companies, Diagrams, Eletronic Invoice issuance.

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas, doravante chamadas de MPEs, têm desempenhado um papel relevante na economia, tendo participado ativamente com resultados significativos. Através de pesquisas o SEBRAE (2014) constatou que as MPEs vêm adquirindo uma participação crescente na economia do Brasil nos últimos 30 anos, sendo comprovada a importância do papel socioeconômico executado por elas.

Assim, como ratifica Gomes (2006), na prática a relevância está na colaboração das MPEs para o crescimento e fortalecimento da economia, pois contribuem gerando emprego e renda e estimulando o desenvolvimento empresarial.

Conforme SEBRAE (2014), as MPEs são as principais produtoras de rendas do comércio do Brasil, constituindo 53,4% do PIB, e apresentam uma crescente ascensão na indústria com participação de 22,5% do PIB. Já com relação ao setor de serviços, 36,3% do PIB provêm de pequenas empresas, o que demonstra que

isoladamente elas parecem não ter importância, mas em conjunto tornam-se um fator determinante para a economia e desenvolvimento do Brasil.

Segundo a análise feita pelo Ministério do Trabalho através da RAIS (2015), enquanto havia uma diminuição generalizada de empregos, os estabelecimentos com até 4 vínculos abriram mais 28.185 postos de trabalho, um aumento de 0,66% e os de 5 a 9 vínculos geraram 29.185 novos postos, representando um aumento de 0,70%, enquanto os demais apresentavam perdas de emprego.

Para que estas empresas continuem sobrevivendo e diminuindo os índices de mortalidade, é fundamental que elas desenvolvam uma eficaz gestão contábil. Assim, Schnorr (2008) relata que o processo de escrituração fiscal deve unificar, mediante aplicativo eletrônico, notas e livros fiscais, de forma a consolidar em tempo real, juntamente com outros aspectos contábeis, informações sobre “base de cálculo” e “recolhimento tributário”. Tal unificação favorece a eficiência do controle governamental, gerando impactos para o cotidiano das empresas.

Neste contexto, o aumento da oferta de serviço de consultoria empresarial tem avançado devido à complexidade de gestão e ao grande número e velocidade das informações por meio de sistemas cada vez mais globalizados, os quais causam a necessidade de atualização com as novas técnicas e operações administrativas para se manter no ramo de atividade (SOUZA, 2016).

Desta forma, surge o seguinte questionamento: como que a consultoria contábil, através da utilização de diagramas, pode contribuir para a emissão de NFEs em micro e pequenas empresas?

Com base nisso, o objetivo geral do estudo é verificar como a utilização de diagramas, através da prestação de um serviço de consultoria, pode contribuir com a gestão operacional fiscal de MPEs, em especial no processo de emissão de NFEs.

De forma específica, os objetivos são assim estabelecidos: (a) identificar as principais dificuldades das MPEs quanto à emissão de NF-e; (b) elaborar um modelo ilustrativo (diagrama) sobre o processo de emissão de NFe considerando as dificuldades identificadas; (c) verificar os principais benefícios da utilização do diagrama; (d) verificar se a adesão ao diagrama e a consultoria facilitaram e sanaram os problemas rotineiros.

De acordo com Emerson Neves Silva e Santos, consultor jurídico do SEBRAE, problemas na emissão podem causar multas, assim como deixar de emití-las pode ser tornar um problema criminal (ZUINI, 2016).

Segundo Puga e Riseti (2003), o Fluxograma, que alguns autores chamam de diagrama de bloco, é um logaritmo universal que define as instruções ou “o passo a passo” para solução de um problema, desenvolvendo o raciocínio lógico a ser seguido, além de ser utilizado para registrar rotinas de um sistema.

Para Gonçalves (2009), a dificuldade na emissão da nota fiscal está no estágio de conhecimento dos usuários, que muitas vezes sabem sobre as questões tributárias e fiscais dos produtos que comercializam, mas a emissão exige um grau acentuado de envolvimento quanto ao preenchimento de NCM, situação tributária, Pis, Cofins, ICMS, IPI, dentre outras que eram deixadas a cargo do contador.

Portanto, o presente trabalho se justifica por abordar a questão da Gestão Fiscal Operacional em micro e pequenas empresas, verificando a contribuição da utilização de diagramas para com o bom desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, a pesquisa representa grande contribuição social, uma vez que pode ser utilizado como fonte de consulta por pequenos empresários, bem como por pesquisadores em trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Micro e pequenas empresas

Até 1970, as MPEs tiveram sua participação diminuída na economia, mesmo tendo uma relevante participação no produto nacional bruto, dando espaço às grandes empresas, mas atualmente este cenário vem se intervendo. Importantes periódicos, como *The Economist*, já reconheceram que esta mudança está tomando conta do mundo, de forma que as grandes empresas diminuem enquanto as pequenas estão em alta (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Dado o avanço das MPEs, em 1972 foi criado o 1º Instituto de apoio às pequenas empresas, chamado Centro Brasileiro de Assistência às pequenas empresas (CEBRAE), conhecido atualmente como Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) que, conforme Padoveze e Martins (2014), é uma instituição muito conhecida pelo seu intenso trabalho de pesquisa, capacitação e apoio a estas empresas, desde o processo de criação de um pequeno negócio até o desenvolvimento contínuo do mesmo.

A Lei 7.256/1984 instituiu no Brasil um estatuto da microempresa, dando início no sistema simplificado, diferenciado e favorecendo as pequenas empresas. Através da Lei 8.864/1994 foram acrescentadas as empresas de pequeno porte nesse sistema e atualmente a legislação vigente é a Lei Complementar 123/2006 que no capítulo II, artigo 3º, define-se como microempresas e empresas de pequeno porte as sociedades empresárias, a sociedade simples, a empresa individual e o empresário, devidamente inscritas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas jurídicas, delimitadas como microempresas cujo faturamento anual seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e, como empresas de pequeno porte, aquelas com receita bruta acima de R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 no ano (BRASIL, 2017).

Mesmo assim, apesar dos benefícios relacionados ao Simples Nacional, Oliveira (2006) reconhece as dificuldades das MPEs que, mesmo empregando 68% da mão de obra do país e sendo responsáveis por 65% do produto interno bruto, ainda sofrem com as inúmeras exigências legais, normativas e burocráticas.

Desta forma, atualmente as MPEs têm tido seu papel reconhecido pela sociedade, e por isso recebem incentivos do governo e apoio do Sebrae, mas muitas delas ainda sofrem com dificuldades de gestão para se adequarem às exigências impostas a elas. Desta forma, é fundamental que sejam tratados os problemas de forma particular, pois atualmente são elas as responsáveis pelo desenvolvimento da economia do país.

2.2 Consultoria contábil

Consultoria, segundo o dicionário, é o ato de dar consulta ou conselho, confirmado por Souza (2016), que descreve a consultoria como uma das mais antigas profissões, advinda dos primórdios da humanidade com os conselheiros da monarquia expressando opiniões e aconselhamentos.

A partir do século XX, a consultoria se tornou uma atividade profissional baseada em técnicas que buscam soluções no âmbito empresarial, com o intuito de auxiliar os empresários nos processos e definindo a ação mais apropriada na prática (SOUZA, 2016).

Bertholini (2016) atribui a crescente especialização de prestação de serviços de consultoria à supressão das necessidades dos gestores em estarem informados

quanto aos princípios da administração, o que faz a consultoria contábil estar cada vez mais presente no mercado de trabalho. Para ter uma consultoria eficiente é preciso ter um bom profissional e a colaboração do gestor, além da utilização das ferramentas adequadas.

Devido à complexidade para a adaptação de sistemas e novas formas de trabalho, muitas das vezes se faz necessário o auxílio de uma consultoria, dispondo, assim, de profissionais treinados e com experiência em colocar em prática novos procedimentos, fazendo uso de métodos de implantação (ALBERTÃO, 2005).

Desta forma, o consultor contábil pode combinar a gestão estratégica ao seu conhecimento e, assim, agregar soluções integradas, garantindo resultados na empresa como um todo (SOUZA, 2016).

Percebe-se que a consultoria está conquistando espaço no mercado de trabalho, não apenas por ser uma atividade baseada em técnicas próprias, mas devido à necessidade de adaptação de novas formas de trabalho às empresas, consolidando uma espécie de parceria que traz resultados imediatos às empresas.

2.3 Gestão fiscal

Para Bazzi (2015), a gestão fiscal é o planejamento tributário que visa à redução de impostos de maneiras legais de acordo com a legislação vigente, compreendendo as ações dos gestores os quais podem diminuir a carga tributária se estiverem atentos às alterações das leis e aplicá-las nas operações da empresa.

Assim, Padoveze (2014) aponta que o aspecto da contabilidade estratégica é a responsabilidade pela formação de informações que sustentam o planejamento estratégico das empresas.

Para Pohlmann (2012), a gestão tributária significa englobar a atividade de planejamento estratégico tributário e não mais ficar restrito ao controle e apuração de impostos, devendo envolver aspectos organizacionais da empresa. A ação de controle tributário é a atividade desenvolvida pelo administrador com o propósito de garantir a apuração e o recolhimento de forma correta e a efetivação das obrigações acessórias em conformidade com a legislação, como a emissão de nota fiscal.

Bazzi (2015) alerta que desde a implantação do sistema de NF-e, a fiscalização do ICMS é feita de forma eletrônica, ficando muito mais fácil para o governo identificar erros, os quais são passíveis de punição.

Campos (2016) afirma que o planejamento é o procedimento de fazer estratégias nos processos baseados na sistematização do trabalho, no qual os colaboradores devem ser orientados a conhecer os processos, pois a partir do entendimento serão capazes de desenvolver soluções.

A utilidade do planejamento tributário é determinante para uma pró-atividade e, mesmo quando não consegue antecipar o problema, terá maior facilidade para buscar alternativas. Ocorre que as MPEs normalmente não o fazem, presumindo ser muito teórico e pouco prático, expondo a empresa a mais um fator agravante para sua mortalidade (BIAGIO, 2012).

Com isso, Nogueira (2014) conclui que compreender o sistema tributário e respeitar a imposição legal é imprescindível para compor o plano estratégico. A gestão fiscal eficiente influencia diretamente nos resultados da empresa e, por isso, é necessário um planejamento tributário bem estruturado, pensando em reduzir carga tributária de forma legal, já que atualmente, com a implantação de sistemas eletrônicos de informações e notas fiscais, ficou fácil para o governo encontrar erros de cálculos tributários.

2.3.1 Nota fiscal eletrônica

O surgimento da NF-e veio atender ao dispositivo da Emenda Constitucional nº 42, Inciso XXII, art. 37, que estabelece que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem atuar de forma integrada, compartilhando informações fiscais entre eles de maneira uniformizada e padronizada, de modo que qualquer órgão fiscal tenha facilidade de fiscalização, através de cruzamento de informações (SÃO PAULO, 2017).

Nesse sentido, a NF-e veio substituir a emissão de nota fiscal em papel modelo 1 ou 1A por uma nota fiscal emitida eletronicamente que é guardada num repositório nacional. Com isso, extinguiu-se a necessidade de fiscalização de campo, quanto o agente fiscalizador tinha que solicitar ao contribuinte as notas fiscais emitidas e os livros escriturados, trazendo uma inovação tecnológica que é a fiscalização digital, onde é possível certificar-se desde a autenticidade da emissão até examinar se está cumprindo com a legislação dentro de cada operação (SÃO PAULO, 2017).

Para acompanhar o trânsito da mercadoria, é impresso um documento auxiliar

da nota fiscal eletrônica designada como DANFE em que consta, além da versão resumida da nota fiscal, a chave de acesso em destaque que serve para consulta no portal. Vale ressaltar que o DANFE não é a NF-e e que se trata de um documento de existência apenas digital e que sua obrigatoriedade abrange as empresas de todos os portes, inclusive as MPEs (SÃO PAULO, 2017).

No estado de São Paulo a emissão da NF-e foi regulamentada pela Portaria CAT 104/2007 e sua obrigatoriedade ocorreu de forma gradativa. Atualmente, a legislação vigente é a Portaria CAT 162/2008 (SÃO PAULO, 2017).

A importância da NF-e ser preenchida corretamente está nas penalidades impostas pela secretaria estadual, determinadas pelo Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (RICMS), no artigo 527, inciso IV, que trata das infrações relativas a documentos fiscais e imposição de multas (SÃO PAULO, 2017).

A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) desenvolveu e disponibiliza gratuitamente um software chamado Emissor de NF-e que pode ser baixado por qualquer contribuinte que queira fazer uso desta ferramenta. Porém, devido ao número excessivo do uso de softwares pagos, a secretaria, a partir de 2017, iria descontinuar o fornecimento do programa. Porém, a instituição SEBRAE assumirá, a partir de julho/2017, a responsabilidade pelo fornecimento e atualização do programa para contribuir com as MPEs, que, neste contexto da economia, não pode arcar com mais este gasto (SÃO PAULO, 2017).

A emissão da NFe compreende o preenchimento (informação) de vários elementos, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Elementos a serem preenchidos na emissão da NFe conforme Portal da NFe (2017)

| | |
|-------------------------------|--|
| Dados da NF-e | O preenchimento refere-se à numeração, data, natureza da operação, entre outras. |
| Emitente | Dados do usuário já existente devido à inclusão de cadastro do início. |
| Destinatário | Serão preenchidos com os dados cadastrais do cliente, como razão social, CNPJ, I.E e endereço. |
| Produtos e Serviços | Deve incluir o item comercializado, com código, descrição, CFOP, quantidade vendida, valor unitário, valor total, além das informações tributárias como: ICMS, IPI, Pis, Cofins, sendo esta a parte de maior complexidade. |
| Totais | Basta clicar em calcular que será feito os cálculos de forma automática. |
| Transporte | Dados referentes ao frete, como transportador, motorista. |
| Cobrança | Preencher como será feita a cobrança por faturas ou duplicatas. |
| Informações Adicionais | Preencher com informações relevantes ao fisco, como a opção pelo simples nacional, ao cliente ou ao contribuinte. |

Fonte: Elaboração própria

A NF-e é uma ação inovadora do governo para acompanhar as operações das empresas bem como a arrecadação de impostos. É uma forma unificada utilizada para centralizar informações e facilitar a divulgação para os órgãos competentes. Também é utilizada como ferramenta de fiscalização, já que é possível cruzar informações das notas emitidas e as informações prestadas pelo contribuinte.

2.4 Diagramas

Diagrama é o modo de representação feita através de gráficos, esquemas, linhas ou pontos. Assim, para Puga (2003), ele é um algoritmo universal. “Algoritmo, sequência lógica e finita de instruções que devem ser seguidas para resolução de um problema ou execução de uma tarefa” (PUGA, 2009, p. 9).

Portanto, para elaborar um algoritmo, conforme Forbellone; Eberspacher (2005), é preciso definir as ações desde um ponto inicial até o estágio final para fixar uma tarefa a ser executada a fim de alcançar a solução de um problema, além de garantir que sempre que seja utilizado e produza o mesmo resultado.

Pode-se concluir que o uso de diagramas contribui de forma efetiva para a solução de problemas e/ou para o aumento da eficiência organizacional através de um modelo ilustrativo que facilita o entendimento do que precisa ser realizado, uma vez que expõe os passos a serem executados para uma tarefa específica.

3 METODOLOGIA

O presente estudo fez uso do método qualitativo, mediante modelagem, através de estudos de campo, cuja coleta de dados foi realizada por entrevista. O método qualitativo é utilizado de forma que os relatos, deduções e a teoria são baseados no estudo das compreensões pessoais. As técnicas de coleta de dados são a observação e a entrevista, pois fornecem dados de forma voluntária e importantes conforme o objetivo da pesquisa (ROSA, 2014).

Para Godoi (2006), as interpretações das entrevistas como objeto de estudo devem ser através de orientações metodológicas sobre a maneira favorável de se conseguir do entrevistado dados significativos, coerentes e convictos. Portanto, o método qualitativo é capaz de relatar a dificuldade de certa adversidade e relacionar

váriaveis, entendendo e identificando os procedimentos utilizados pelo grupo analisado, além de possibilitar a mudança e o entendimento das características apresentadas (DIEHL; TATIM, 2004).

Bassanezi (2015) menciona que a modelagem consiste na criação de um modelo em que estão inseridas estratégias de ação que devem ser colocadas em prática de acordo com a observação do modelador.

A pesquisa de campo, segundo Barros e Lehfel (2007), caracteriza-se pela coleta de dados no local de estudo, sendo que o pesquisador assume o papel de observador, explorando dados inerentes ao objeto de estudo, utilizando técnicas de observação participativa ou não, entrevistas, questionários e coleta de depoimentos.

Desta forma, o método qualitativo possibilita a coleta de dados importantes para o objeto de pesquisa, além de propiciar a criação de modelos para sanar as dificuldades apresentadas, expondo a importância da coleta ocorrer no local de estudo.

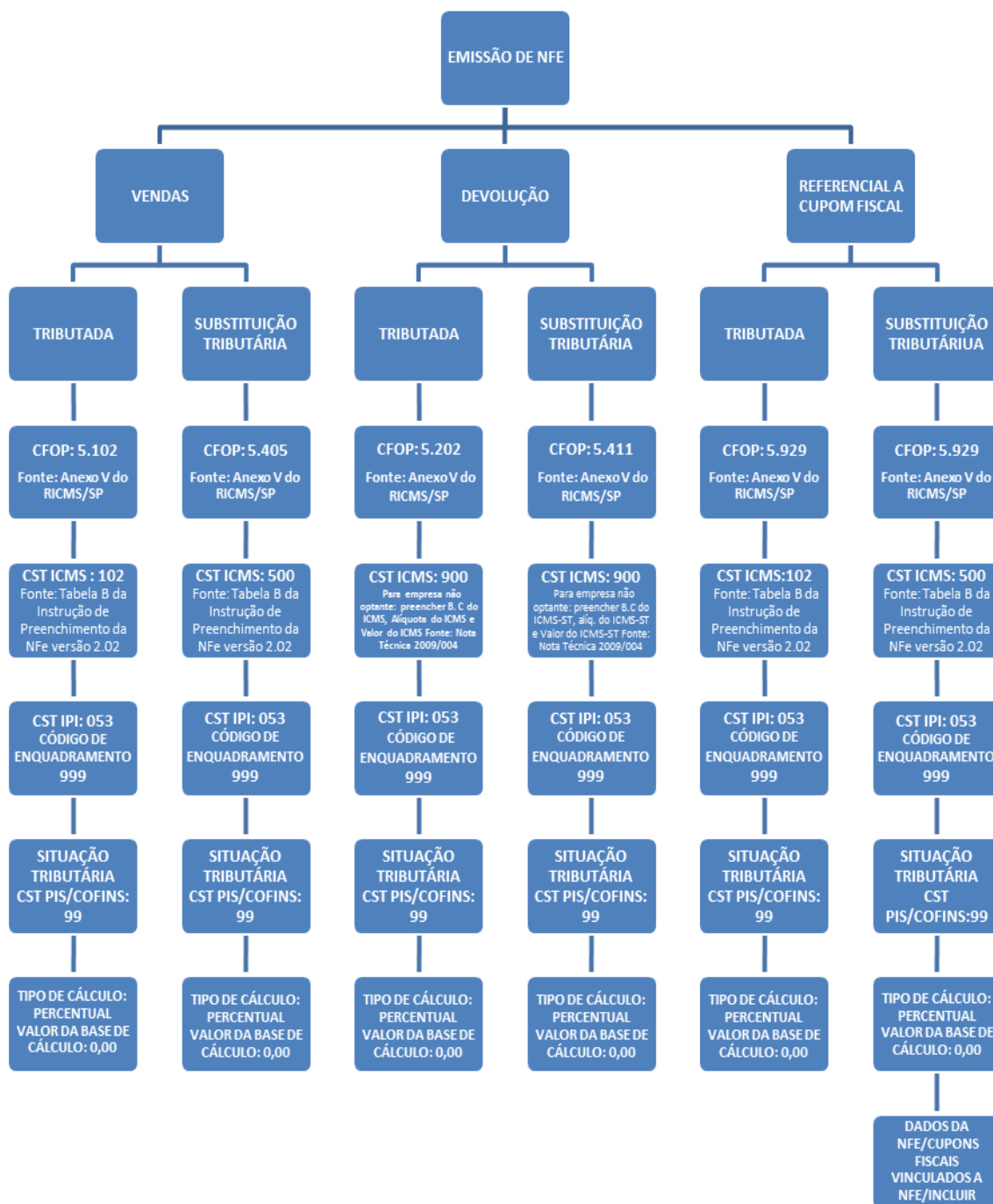
As coletas de dados junto às empresas, campo de estudo, ocorreram em dois momentos distintos: identificação das principais dificuldades para emitir a Nfe e, posteriormente, verificação da contribuição da ferramenta diagrama para a execução de tal atividade. Através de entrevistas em três MPEs com diferentes ramos de atividades, sendo elas, loja de variedades, material de construção e oficina mecânica, localizadas na cidade de Viradouro/SP.

4 RESULTADOS

Os resultados representam os dados coletados junto a três MPEs varejistas. A primeira etapa da coleta de dados possibilitou verificar quais eram as principais dificuldades no momento de emitir as NF-e, sendo que as principais dúvidas foram relacionadas ao contexto tributário referente a códigos de CFOP e CST utilizados nas operações de Vendas, Devolução e Referencial a Cupom Fiscal.

Com base nos dados coletados, foi elaborado um Diagrama cuja finalidade foi sanar as principais dúvidas apresentadas na emissão de Nfe, conforme Figura 1.

Figura 1: Diagrama de emissão de Nfe direcionado ao contexto tributário



Fonte: elaboração própria

Na realização da entrevista, foi disponibilizado o diagrama elaborado (Figura 1) para ilustrar o processo de emissão de Nfe, explicando de forma objetiva o contexto do mesmo aos respondentes, caracterizados como responsáveis pela atividade de emissão de Nfe nas empresas campo de estudo.

Empresa A

A empresa entrevistada atua como loja de variedades desde 1992. É uma sociedade limitada entre cônjuges, caracterizada como empresa familiar, e possui seis funcionários contratados, sendo eles os filhos do casal e suas respectivas esposas.

O responsável pela emissão das notas fiscais comentou que sempre surgem dúvidas na parte tributária durante a emissão e que não tem conhecimento sobre tributos por se considerar apenas um comerciante. Relatou que ao surgirem dúvidas entra em contato com o escritório contábil para que possa ser auxiliado.

Com relação ao diagrama apresentado, o emitente reconheceu sua utilidade, visto que segue uma sequência lógica por operação, tornando o processo mais prático e, conseqüentemente, mais rápido.

Não houve dificuldade em utilizar o modelo de diagrama e considerou viável aderir esta ferramenta para outras dificuldades através de consultoria contábil.

Empresa B

Atuante no mercado há 14 anos, com ramo de atividade de comércio varejista de material de construção em geral, a empresa é individual e considerada uma empresa familiar, pois emprega três filhos, além de dois funcionários.

Conforme seu ponto de vista, é recorrente encontrar dificuldades referentes à parte tributária devido à quantidade de impostos que devem ser preenchidos na emissão da nota fiscal e, sempre que ocorre, entra em contato com o escritório contábil contratado a fim de sanar suas dúvidas.

O diagrama é útil para as operações que foram destacadas por serem mais corriqueiras e é tido como uma ótima orientação para as operações básicas do dia a dia, assim como não foi encontrada nenhuma dificuldade em utilizá-lo. Para que esta ferramenta fosse viável, seria necessário abranger mais operações além das apresentadas, pois, com isso, a dificuldade seria menor. Ressalta-se, ainda, que tendo domínio e entendimento das operações básicas, é possível desenvolver conhecimento para operações mais complexas e esporádicas.

Empresa C

A empresa é uma sociedade entre dois amigos, constituída há 9 anos como oficina mecânica e comércio varejista de peças e acessórios para veículos. Foi

levada a contratar um funcionário para ajudá-los na emissão de notas fiscais, visto que ambos os sócios não possuem nenhum conhecimento de informática.

O responsável pela emissão afirmou serem corriqueiras as dúvidas referentes à parte tributária, pois são vários campos a acessar com muitas opções para selecionar sobre os tributos e que sempre recorre ao contador para ter orientação. A utilização do diagrama foi útil para emissão de Nfe, pois indica de forma objetiva a opção a ser selecionada, o que resultou em melhora no processo.

Não foi relatada nenhuma dificuldade em utilizar o diagrama, porque atendeu a necessidade da empresa quanto à emissão da NF-e sendo viável sua utilização e, se seguido, não haverá erros durante a emissão, o que tende a tornar o processo mais confiável. As dificuldades são recorrentes devido à quantidade de informações que devem ser preenchidas e o diagrama se equiparou a um manual a ser seguido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi aplicada em três empresas de diferentes ramos de atividade, mas que têm em comum a dificuldade de emissão de Nfe, especificamente referente ao contexto tributário, ao preenchimento de CFOP, CST (PIS, COFINS, ICMS e IPI). Na tentativa de sanar as dúvidas enfrentadas pelos empresários, foi elaborado um diagrama com as principais operações utilizadas por eles.

Verificou-se que todos os emitentes tiveram facilidade em utilizar a ferramenta, visto que o diagrama segue uma sequência lógica, clara e objetiva. Os benefícios foram; (i) otimização de tempo, já que após a implantação do diagrama não precisam mais interromper a emissão para solucionar dúvidas ou receber orientações do contador responsável da empresa; (ii) e a segurança em estar preenchendo os campos corretamente, livrando-os de futuras sanções fiscais.

A consultoria contábil foi considerada um serviço viável por todas as MPEs, que acreditam que outras dificuldades podem ser sanadas com o uso de diagramas. Concluiu-se que a consultoria contábil, através da utilização de diagramas, contribuiu de forma eficiente para o processo de emissão de Nfe, tornando-o mais rápido, prático e seguro para as micros e pequenas empresas.

O estudo limitou-se ao desenvolvimento e aplicação de apenas um modelo ilustrativo a respeito de emissão de Nfe. Outros estudos que utilizem diagramas para sanar outras dificuldades referentes ao contexto contábil, em especial à emissão de

Nfe, são de grande importância para a temática em questão.

REFERÊNCIAS

ALBERTÃO, Sebastião Edmar: **ERP Sistema de Gestão Empresarial para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Editora Iglu, 2005.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Livro virtual de acesso restrito.

BASSANEZI, Rodney Carlos. **Modelagem matemática**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2015. Livro virtual de acesso restrito.

BAZZI, Samir. **Gestão tributária**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

BERTHOLINI, Artêmio. Administrar sem informações contábeis é como navegar no escuro. **Revista CRC**, 6. ed., set. 2016.

BIAGIO, Luis Arnaldo. **Plano de negócios**: estratégia para micro e pequenas empresas. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. Livro virtual de acesso restrito.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação anual de informações sociais 2015**: análise dos principais resultados RAIS/2015. 2015. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 14 abr. 2017

BRASIL. Receita Federal. Simples Nacional. **Legislação**: Lei Complementar: Versão Consolidada CGSN: atualizada até outubro/2016. 2016. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revista CRC: **Administrar sem informações contábeis é como navegar no escuro**. Artêmio Bertholini. 6^o edição, setembro/2016.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004. Livro virtual de acesso restrito.

FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPACHER, Henri Frederico. **Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, Almira Ferraz. **Mulheres empreendedoras**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

GONÇALVES, Márcia. **A nota fiscal eletrônica exige qualificação do usuário emitente**. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-nota-fiscal-eletronica-exige-qualificacao-do-usuario-emitente/30224/>>. Acesso em: 22 abr. 2017

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos; PETTY; J. William. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

NOGUEIRA, Cleber Suckow (Org.). **Planejamento estratégico**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Livro virtual de acesso restrito.

PADOVEZE, Clóvis Luiz; MARTINS, Miltes Angelita M. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: InterSaber, 2014. Livro virtual de acesso restrito.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **A contabilidade tributária**. Curitiba: Iesde Brasil SA, 2012.

PUGA, Sandra. **Lógica de programação e estrutura de dados, com aplicações em Java**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PUGA, Sandra; RISSETI, Gerson. **Lógica de programação e estruturas de dados**. São Paulo: Prentice Hall, 2003. Livro virtual de acesso restrito.

ROSA, Maria Virgínia Figueredo Pereira Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo: **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação de resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Livro virtual de acesso restrito.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda. **Emissor de nota fiscal eletrônica**. 2017. Disponível em: <<http://www.emissorfnf.fazenda.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Legislação**: Capítulo 1: Das infrações e penalidades. 2017. Disponível em: <http://info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SCHNORR, Paulo Walter. **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade - CFC, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SOUZA, Ovanildo Gonçalves: **Consultoria empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. Livro virtual de acesso restrito.

ZUINI, Priscila. São Paulo vai acabar com emissor gratuito de nota fiscal eletrônica. **Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios**. 2016. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2016/09/sao-paulo-vai-acabar-com-emissor-gratuito-de-nota-fiscal-eletronica.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Recebido em: 17/09/2017

Aprovado em: 10/11/2017